

Sumário

1	LEI DE DROGAS (LEI Nº 11.343/2006)	16
1.1	Considerações Iniciais sobre a Lei de Drogas	16
1.2	Do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas	20
1.3	Medidas de Caráter Preventivo	23
1.4	Prevenção, Tratamento, Acolhimento e Reinserção Social e Econômica de Usuários ou Dependentes de Drogas	25
1.5	Delito de Posse de Drogas Ilícitas para Consumo Pessoal	33
1.6	Repressão à Produção não Autorizada de Drogas	40
1.7	Tráfico Ilícito de Drogas (Art. 33, Caput e § 1º)	43
1.8	Apetrechos para Fabricação, Preparação, Produção ou Transformação de Drogas (Art. 34)	56
1.9	Crime de Associação para o Tráfico	56
1.10	Financiamento do Crime de Tráfico	57
1.11	Informante do Tráfico	59
1.12	Prescrição ou Minистраção Culposa de Drogas	60
1.13	Condução de Embarcação ou de Aeronave Sob o Efeito de Drogas	61
1.14	Causas de Aumento de Pena (Majorantes)	61
1.15	Delação Premiada – Colaborador da Justiça	63
1.16	Aplicação das Penas	63
1.17	Vedações	64
1.18	Isenção de Pena	66
1.19	Sentença Condenatória e Tratamento do Dependente	67
1.20	Procedimento Penal	67
1.21	Da Investigação	68
1.22	Da Instrução Criminal	72
1.23	Da Apreensão, Arrecadação e Destinação dos Bens do Acusado	74
1.24	Competência	80

2	CRIMES HEDIONDOS (LEI Nº 8.072/1990)	92
2.1	Previsão Constitucional	92
2.2	Definição	92
2.3	Crêterios de Determinaçaõ do Carãter Hediondo dos Delitos: Legal, Judicial e Misto	93
2.4	Diferenãa entre Crime Hediondo e Crime Assemelhado a Hediondo	94
2.5	Rol dos Crimes Hediondos	94
2.6	Rol dos Crimes Equiparados ou Assemelhados a Hediondos	107
2.7	Vedaãõ de Anistia, Graãa e Indulto	109
2.8	Vedaãõ de Fianãa	110
2.9	Concessãõ de Liberdade Provisõria	110
2.10	Progressãõ de Regime	111
2.11	Suspensãõ Condicional de Pena (<i>Sursis</i>)	113
2.12	Prisãõ Domiciliar e Trabalho Externo	114
2.13	Possibilidade de Apelaãõ em Liberdade	115
2.14	Prisãõ Temporãria	116
2.15	Livramento Condicional	117
2.16	Derrogaãõ da Majoraãõ Prevista no Art. 9º	118
2.17	Delaãõ Premiada	119
2.18	Penas Alternativas	120
3	CRIMES DE TORTURA (LEI Nº 9.455/1997)	128
3.1	Pressupostos Histõricos	128
3.2	Consideraãões Iniciais sobre a Lei nº 9.455/1997	129
3.3	3.3 Anãlise dos Crimes de Tortura	130
3.4	Crime de Omissãõ no Dever	133
3.5	Causas de Aumento de Pena (§ 4º, Art. 1º)	134
3.6	Efeitos da Condenaãõ (§ 5º, Art. 1º)	135
3.7	Vedaãões (§ 6º, Art. 1º)	136
3.8	Regime de Cumprimento de Pena (§ 7º, Art. 1º)	137
3.9	Princípio da Extraterritorialidade	137

4	ABUSO DE AUTORIDADE (LEI Nº 13.869/2019)	144
4.1	Disposições Gerais	144
4.2	Dos Sujeitos do Crime	144
4.3	Da Ação Penal	145
4.4	Dos Efeitos da Condenação e das Penas Restritivas de Direitos	146
4.5	4.5 Das Sanções de Natureza Civil e Administrativa	148
4.6	Crimes de Abuso de Autoridade	149
5	CRIMES DE TRÂNSITO (LEI Nº 9.503/1997)	176
5.1	Aspectos Gerais	176
5.2	Homicídio Culposo no Trânsito (Art. 302)	177
5.3	Lesão Corporal Culposa No Trânsito (Art. 303)	180
5.4	Omissão de Socorro no Trânsito (Art. 304)	182
5.5	Crime de Evasão para Evitar Responsabilidade Criminal ou Civil	184
5.6	Embriaguez ao Volante (Art. 306)	184
5.7	Crime de Violação Da Suspensão Ou Proibição Do Direito de Dirigir (Art. 307)	189
5.8	Crime de “Racha” Ou Pega (Art. 308)	189
5.9	Crime de Direção de Veículo sem Permissão ou sem Habilitação	190
5.10	Crime de Entrega de Veículo Automotor a Pessoa Impossibilitada de Dirigir (Art. 310)	190
5.11	Crime de Velocidade Incompatível (Art. 311)	190
5.12	Crime de Inovação Artificiosa no Trânsito (Art. 312)	191
5.13	Penas Alternativas de Prestação de Serviço à Comunidade ou a Entidades Públicas Específicas dos Delitos de Trânsito	191
6	LEI DE COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS (LEI Nº 12.850/2013)	200
6.1	Conceito	200
6.2	Características	201
6.3	Ação Controlada	203
6.4	Quebra do Sigilo Bancário	204
6.5	Captação Ambiental de Sinais Eletromagnéticos, Ópticos ou Acústicos	205

6.6 Agente Infiltrado	206
6.7 Agente Infiltrado Virtual	208
6.8 A Antiga Figura Inconstitucional do “Juiz Investigador”	209
6.9 Identificação Criminal de Pessoas Envolvidas com a Ação Praticada por Organizações Criminosas (Art. 5º)	210
6.10 Colaboração Premiada	211
6.11 Colaboração Premiada e as Modificações Implementadas pela Lei Anticrime	215
6.12 Liberdade Provisória	218
6.13 Prazo para Encerramento da Instrução	220
6.14 Apelação em Liberdade	220
6.15 Crimes Específicos da Nova Lei de Combate às Organizações Criminosas	220
7 INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS (LEI Nº 9.296/1996)	228
7.1 Características Gerais	228
7.2 Hipóteses de não Cabimento	229
7.3 Formas de Instauração do Procedimento	231
7.4 Requisitos para a Instauração	231
7.5 Preservação do Sigilo	233
7.6 Captação Ambiental	235
7.7 Crime de Interceptação Telefônica Ilegal	236
7.8 Crime de Captação Ambiental Ilegal	237
7.9 Observações Finais	238
8 CRIMES DE LAVAGEM DE CAPITALS (LEI Nº 9.613/1998)	244
8.1 Conceito de Lavagem de Capitais	244
8.2 Etapas da Lavagem de Capitais	244
8.3 Análise das Figuras Penais	245
8.4 Disposições Processuais Especiais e Efeitos da Condenação	247
8.5 Ação Controlada e Infiltração de Agentes	250
8.6 Observações Finais	251

9	CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (LEI Nº 8.137/1990)	256
9.1	Noções Iniciais	256
9.2	Conceito de Sonegação Fiscal	257
9.3	Análise dos Crimes em Espécie do Art. 1º	258
9.4	Análise dos Crimes em Espécie do Art. 2º	263
9.5	Crimes Funcionais Contra a Ordem Tributária (Art. 3º)	266
9.6	Extinção da Punibilidade	268
9.7	Representação Fiscal e Exaurimento da Instância Administrativa	271
9.8	Incidência do Erro de Tipo e do Erro de Proibição	273
9.9	Responsabilidade Penal nos Delitos Contra a Ordem Tributária	273
10	ESTATUTO DO DESARMAMENTO (LEI Nº 10.826/2003)	280
10.1	Considerações Gerais	280
10.2	Crime de Posse Ilegal de Arma de Fogo	281
10.3	Omissão de Cautelas em Relação à Arma de Fogo	284
10.4	Porte Ilegal de Arma de Fogo de uso Permitido	285
10.5	Disparo de Arma de Fogo	289
10.6	Posse ou Porte Ilegal de Arma de Fogo de uso Proibido	290
10.7	Comércio Ilegal de Arma de Fogo	295
10.8	Tráfico Internacional de Arma de Fogo	298
10.9	Causa de Aumento de Pena	299
10.10	Inconstitucionalidade da Vedação de Liberdade Provisória	300
10.11	Disposições Administrativas	300
10.12	Observações Finais	306
11	CRIMES DE PRECONCEITO (LEI Nº 7.716/1989)	320
11.1	Aspectos Constitucionais	320
11.2	Conceito de Racismo	321
11.3	Análise dos Termos “Raça”, “Cor”, “Etnia”, “Religião” e “Procedência Nacional”	322
11.4	Diferenças entre Injúria Qualificada por Preconceito e Crime de Racismo	322
11.5	Análise das Figuras Penais em Espécie	324

12	CRIMES AMBIENTAIS (LEI Nº 9.605/1998)	330
12.1	Preâmbulo	330
12.2	Conceito de Meio Ambiente	331
12.3	Espécies de Meio Ambiente	331
12.4	Tutela Penal do Meio Ambiente e Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica	331
12.5	Da Aplicação da Pena	333
12.6	Da Ação e do Processo Penal nos Crimes Contra o Meio Ambiente	336
12.7	Competência	336
12.8	Classificação dos Crimes Contra o Meio Ambiente	337
12.9	Crimes Contra a Fauna	337
12.10	Crimes Contra a Flora	344
12.11	Crimes de Poluição Ambiental e Outros	353
12.12	Crimes Contra Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural	356
12.13	Crimes Contra a Administração Ambiental	359
12.14	Da Apreensão do Produto e do Instrumento de Infração Administrativa ou de Crime	361
13	CRIMES CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE (LEI Nº 8.069/1990)	368
13.1	Proteção da Criança e do Adolescente	368
13.2	Direitos da Criança e do Adolescente	369
13.3	Conflito Aparente de Normas Penais Com Os Crimes Previstos No Código Penal e Disposições Gerais	370
13.4	Análise dos Crimes em Espécie	370
13.5	Infiltração de Agentes de Polícia para a Investigação de Crimes Contra a Dignidade Sexual de Criança e de Adolescente	385
14	LEI ANTITERRORISMO (LEI Nº 13.260/2016)	396
14.1	Terrorismo	396
14.2	Previsão Constitucional	397
14.3	Conceito de Terrorismo	397
14.4	Crimes de Terrorismo	399

14.5 Causas de Aumento de Pena.....	402
14.6 Competência.....	403
14.7 Medidas Assecuratórias.....	403
14.8 Terrorismo, Lei de Combate às Organizações Criminosas e Lei dos Crimes Hediondos.....	405
14.9 Prisão Temporária	405